

As teses do Imperialismo com viés marxista

Diana Chaukat Chaib

Resumo

A passagem do século XIX para o século XX antecipou muito de como seriam os anos seguintes. Os problemas da guerra e da paz, da democracia e da revolução precisavam ser enfrentados em um contexto internacional de agravadas tensões. O termo imperialismo veio sintetizar o desafio teórico político para a compreensão da época que se iniciava (BUGIATO, 2008). Diante disso, e, partindo do modo como se estabelece a relação entre imperialismo e capitalismo, o artigo discute as principais ideias, com viés marxista, do debate “clássico” sobre o imperialismo, com vistas a destacar os pontos de maior interesse para o debate contemporâneo.

Palavras-chave: Imperialismo; Marxismo.

Abstract

The passage from the XIX century to the twentieth XX anticipated much of what the following years would be like. The problems of war and peace, democracy and revolution needed to be addressed in an international context of aggravated tensions. The term imperialism came to synthesize the political theoretical challenge for the understanding of the time that was beginning. To highlight the points of greatest interest to the contemporary debate, this article discusses the main features of the “classic” debate about imperialism.

Keywords: Imperialism; Marxism.

Introdução

A temática do Imperialismo foi criada por John Atkinson Hobson em 1902. A primeira obra marcante do autor foi *Imperialismo: um estudo* que, de acordo com Bugiato (2008), é considerada a precursora dos estudos sobre o tema que influenciou todo o debate decorrente.

Em sua obra, o autor afirma que o novo imperialismo se diferencia do velho, já que no lugar da aspiração de apenas um império crescente, segue a teoria e a prática da rivalidade entre impérios, cada um destes guiando-se por apetites de expansão política e lucro comercial. Além disso, os interesses financeiros, ou que se relacionam com o investimento de capital prevalecem sobre os interesses comerciais (HOBSON, 1902).

Em geral, o argumento de Hobson centrava-se na ideia de que o Império era ineficaz para a economia das sociedades imperialistas e corrompia a democracia. Sugere o imperialismo não ser intrínseco ao capitalismo, já que uma melhora no padrão de consumo dos trabalhadores seria o suficiente para reverter a tendência ao expansionismo externo, ainda que hipoteticamente (MARIUTTI, 2013).

Dessa forma, Hobson tinha capacidade de lançar mão de um límpido olhar às questões de seu tempo, reconhecendo a injustiça do imperialismo (BÓRON, 2006). Talvez por isto, tenha exercido tanta influência sobre as contribuições marxistas desse tema. Dessa forma, alguns dos princípios centrais das teses clássicas do imperialismo com esse viés foram formulados, nas duas primeiras décadas do século XX, por Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Nicolai Bukharin e Vladimir Lenin¹ (AMARAL, 2012). Isso posto, o objetivo principal deste estudo é retomar, de forma breve e concisa, as teses clássicas sobre o imperialismo destes principais autores.

O entendimento e a reflexão sobre a temática do Imperialismo é relevante à medida que, de acordo com AMARAL (2012), as relações econômicas internacionais são, ainda hoje, pautadas pela ação imperialista empreendida por determinadas estruturas capitalistas por meio da intensificação do movimento de capitais, o que sustenta a necessidade de que estas estruturas definam o plano mundial como a esfera de atuação. Em outras palavras, a autora considera que atualmente se vive sob as bases de um imperialismo capitalista.

¹Vale dizer que não serão apresentadas as ideias gerais de Kautsky, uma vez que Lenin (2008) afirma que sua definição é errada além de não ser marxista. Como esta pesquisa tem seu foco nas teses clássicas do imperialismo com esse viés, a obra do autor não é pertinente para a análise.

Rudolf Hilferding

O cerne da interpretação de Rudolf Hilferding é o processo de concentração do capital que, dentro de todo um processo de transformações estruturais, o capital financeiro ganha um papel de destaque. É deste tema que surgem as reflexões sobre o imperialismo (MARIUTTI, 2013). Hilferding busca explicar esse fenômeno como fruto da concentração e centralização do capital que, gestando o capital financeiro, conduzem a expansão de mercados em meio às rivalidades estatais que, posteriormente se convertem em guerras, reformas e revoluções (DE CAMPOS; DE SOUZA SABADINI, 2014). Ao alimentar ainda mais esse clima de rivalidade e competição internacional, tem-se uma *tendência à guerra*, e não à paz (MARIUTTI, 2013).

A fim de compreender melhor o imperialismo, Hilferding se baseia na ideia de exportação de capital que, substituindo a noção de exportação de mercadorias, é associada de modo direto a geração de mais-valia, isto é, produção de riqueza que se origina da exploração da força de trabalho. Por essa via, o autor estabelece a relação de tal categoria com o capital produtivo, analisando minuciosamente os investimentos feitos nas diferentes atividades produtivas das sociedades (DE CAMPOS; DE SOUZA SABADINI, 2014).

Essa famosa obra do autor, *O Capital Financeiro*, publicada a primeira vez em 1910, é considerada a primeira análise de embasamento marxista da transformação do capitalismo liberal e concorrencial. Além disso, se encaixava como uma continuação de *O Capital* de Karl Marx, no sentido de propor uma discussão sobre o mercado mundial, assunto presente nos estudos de Marx, mas não finalizado (AMARAL, 2012).

Hilferding destaca dois aspectos do desenvolvimento capitalista que considera intrínsecos ao imperialismo. A tendência à concentração e centralização do capital² teria acarretado à junção do capital bancário e do capital industrial. Isto significa que o capital industrial depende progressivamente dos recursos oferecidos pelos bancos para a construção de trustes e cartéis das indústrias. O autor considera então que o capital financeiro consiste na unificação do capital, implicando em uma relação estreita entre os capitalistas da indústria e os do setor bancário (HILFERDING, 1985). Dessa forma, o capital financeiro se materializa na formação de grupos gigantescos e poderosos, articulados em torno do vínculo de interesses entre o setor bancário e o industrial (MARIUTTI, 2013). Essa união resulta na eliminação da livre concorrência do capitalista por meio das grandes associações monopolísticas, o que

²Vale dizer que ambos os termos foram anteriormente definidos por Marx. O primeiro se relaciona ao processo de acumulação e o segundo ao momento de recessão (AMARAL, 2012).

também acarreta na mudança da relação de classe capitalista com o poder do Estado (HILFERDING, 1985).

A ideologia do capital financeiro é completamente oposta à do liberalismo. O capital financeiro não anseia liberdade e sim dominação; não visa autonomia do capital industrial mas o seu atrelamento; não enxerga com bons olhos a anarquia da concorrência e tem como foco a organização, com finalidade de retomar a concorrência em uma escala mais alta. Entretanto, o autor frisa na ideia de que para que essa superioridade seja mantida, é necessário um Estado que lhe assegure o mercado interno frente a política aduaneira, que facilite a conquista de mercados estrangeiros. Isto é, um Estado poderoso que, no âmbito comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados e que faça valer seus interesses financeiros no cenário internacional. Em outras palavras, o capital financeiro precisa “caminhar de mãos dadas” com um Estado que possa intervir em toda parte, praticar uma política de expansão e poder incorporar novas colônias (HILFERDING, 1985). Nesse sentido, o imperialismo nasce como uma superação dos velhos pressupostos liberais, evidenciando a crença na harmonia de interesses existentes no mundo da luta capitalista, no reino de paz e garantia de direito dos povos como algo ilusório. Em particular, a política do capital financeiro significa uma rigorosa expansão e busca por novas áreas de investimento e novos mercados. A expansão, é o interesse comum em todo capital e, durante o protecionismo, esse movimento só é possível por meio do imperialismo (HILFERDING, 1985).

Sobretudo, a expansão do mercado interno por meio de um aumento no salário, supõe aos empresários, uma queda na taxa de lucro que, por sua vez, posterga a acumulação e simultaneamente o capital é induzido para as indústrias manufatureiras, ambiente no qual a concorrência é maior e a capacidade de cartelização³ é menor. O interesse da classe empresarial gira em torno da ampliação do mercado, mantendo inalterada a taxa de lucros e isso seria viável com a ampliação do mercado externo. Isso se dá, por exemplo, quando uma parte de um novo produto deixa de ser renda dos operários, não incrementando a demanda interna, e passa a ser investido como capital que serve de base para a produção dirigida ao mercado externo. Nesse caso, a taxa de lucro é maior e a acumulação acontece mais rápida. Dessa forma, frente ao impasse de interesses, empresários com vista ao mercado externo e os

³De acordo com Hilferding (1985), a exportação de cartel é o imperativo para a rápida expansão do capitalismo. Essa expansão é uma condição vital da sociedade capitalista no geral e, simultaneamente, a condição de manutenção e aumento da taxa de lucro. Essa política expansionista, por sua vez, une todas as camadas de proprietários a serviço do capital financeiro.

trabalhadores visando o interno, essa questão seria resolvida na política salarial (HILFERDING, 1985).

Isso posto, a resposta do proletariado à política econômica do capital financeiro (o imperialismo) não se baseia no livre comércio, mas sim no socialismo, isto é, eliminação da concorrência com a superação do capitalismo. O socialismo deixa de ser um ideal distante e passa a se configurar como um componente essencial da política do proletariado. Assim, o autor aponta o socialismo como a única resposta ao imperialismo que é capaz de assegurar a independência política dos operários e provar sua superioridade em defesa dos interesses proletários. Todavia, o que o capital financeiro faz é colocar progressivamente a disponibilidade da produção social nas mãos de um grupo muito pequeno de grandes capitalistas, separando a direção de produção da propriedade e socializando a produção ao limite a ser atingido dentro do capitalismo (HILFERDING, 1985).

A luta contra o imperialismo intensifica os antagonismos de classe no interior da sociedade burguesa. Todavia, o proletariado, por ser a maior classe inimiga do imperialismo, recebe o apoio de outras classes. Finalmente, o imperialismo causa uma fuga de seus partidários, ao passo que, quanto mais a monopolização se amplia, mais a carga dos lucros extras oprime as demais classes (HILFERDING, 1985).

Nesse sentido, é válido considerar que o autor determina o capital financeiro como uma importante ferramenta dos grandes capitalistas, por viabilizar o domínio da economia em todos os aspectos. Sendo assim, Hilferding define que o imperialismo seja um caso particular de política adotado essencialmente no cenário do capital financeiro.

Rosa Luxemburgo

Em sua principal obra, *A Acumulação do Capital*, publicada pela primeira vez no ano 1913, Rosa Luxemburgo adota como ponto de partida a crítica aos esquemas de reprodução⁴ de Marx (DE CAMPOS, DE SOUZA SABADINI, 2014). No geral, a autora afirma que essa ideia não explica o processo de acumulação⁵ da maneira como realmente

⁴Esse esquema busca descrever o processo de acumulação considerando que capitalistas e operários são os únicos representantes do consumo social. Assim, pelo que estabelece o esquema, não existe nenhuma outra classe social, senão a dos capitalistas e dos trabalhadores, de forma que todas as “demais pessoas” da sociedade (funcionários, clérigos e afins) devem ser incluídas em alguma classe, de preferência, à dos capitalistas (LUXEMBURGO, 1984). A solução que Rosa Luxemburgo destaca é a de que, além de capitalistas e operários, existem mercados externos à reprodução capitalista enquanto representantes do consumo social (AMARAL, 2012).

⁵A acumulação não é simplesmente uma relação interna entre dois ramos da produção, deve ser vista, sobretudo, como uma relação entre o capital e o meio não capitalista (LUXEMBURGO, 1984).

ocorre e da forma que se impõe historicamente. Segundo suas próprias palavras, “na realidade não existe, nem existiu jamais, nenhuma sociedade capitalista que estivesse submetida ao domínio exclusivo da produção capitalista” (LUXEMBURGO, 1984, p. 17).

Ao fazer essa crítica, a autora rompe com a hipótese de que a instabilidade do capitalismo é fruto das diferenças entre os ramos de produção, pressuposto de uma economia pautada nas decisões individuais (AMARAL, 2012). Luxemburgo (1984) considera ainda que o capitalismo se origina e se desenvolve historicamente em um meio social não capitalista. Nos países da Europa Ocidental, por exemplo, esse sistema se desenvolveu inicialmente no meio feudal, o qual lhe transmitiu sua forma primitiva.

Uma vez o capitalismo sendo composto por formas econômicas não capitalistas, pode-se afirmar que o mesmo consiste da junção da decadência dessas formas. Considerada no contexto histórico, a acumulação de capital pode ser entendida então como o processo de troca de elementos realizado entre esses modos de produção capitalista e não capitalista. Sem ambos os modos, é como se a acumulação de capital não acontecesse. Sendo assim, o que Marx define como esquema de acumulação corresponde, segundo a autora, tão somente a tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e seu resultado teórico final. Isso significa que esse processo cria uma tendência a substituir a economia natural pela economia mercantil e está, pela economia capitalista, o que implica, por sua vez, que o modo de produção capitalista tenha domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos (LUXEMBURGO, 1984).

Nesse ponto surge uma questão: à medida que a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas impossíveis, a acumulação se torna inviável. A autora entende que, essa impossibilidade de haver acumulação significa que não se pode ter desenvolvimento das forças produtivas e é dessa forma que se origina a necessidade histórica do declínio do capitalismo. Disso resulta o movimento contraditório da fase imperialista, como período final da trajetória histórica do capital.

O imperialismo é considerado uma expressão política de todo esse processo de acumulação do capital, em uma competição pelo domínio de regiões da Terra que ainda não haviam sido conquistadas pelo capital. A fase imperialista⁶ da acumulação de capital, também conhecida como fase da concorrência capitalista internacional, compreende a industrialização

⁶A primeira década do século XX foi caracterizada de modo particular pelo movimento mundial imperialista do capital, como na Ásia, Europa: Rússia, Turquia, Pérsia, Índia, Japão, China, tal como o norte da África (LUXEMBURGO, 1984).

das antigas áreas interiores do capital nas quais este processava à realização de sua mais-valia (LUXEMBURGO, 1984).

Nesse período imperialista, os empréstimos externos representavam papel extraordinário como meio de soberania dos novos Estados capitalistas. A contradição dessa fase se manifesta nas oposições características do moderno sistema desses empréstimos. Ao mesmo tempo que são imprescindíveis para a autonomia das nações capitalistas recém formadas, constituem para as velhas nações capitalistas a forma mais segura de tutelar os novos Estados e exercer controle sobre suas finanças. (LUXEMBURGO, 1984).

Tendo em vista o desenvolvimento e a concorrência cada vez mais acirrada e violenta entre os países capitalistas, frente a conquista de regiões não capitalistas, o imperialismo tanto aumenta em violência o seu comportamento agressivo em relação ao mundo não capitalista, como coloca em evidência as contradições entre os países concorrentes. Por outro lado, à medida que a violência no esforço imperialista aumenta na destruição de culturas não capitalistas, mais rapidamente ocorre a destruição da base de acumulação do capital e o meio mais seguro de se colocar um ponto final em sua existência (LUXEMBURGO, 1984).

Nicolai Bukharin

Publicada em 1917, cerca de dois anos após a *A Acumulação do Capital*, Bukharin escreveu *A Economia Mundial e o Imperialismo*, obra na qual o autor entende a temática do imperialismo como uma questão de apreciação das tendências da evolução da economia mundial e das prováveis mudanças na sua estrutura interna. Dentre essas tendências, merece destaque a internacionalização das relações econômicas, relacionada com o crescimento do comércio internacional, com a intensificação do processo de exportação de capital e com a nacionalização crescente dessas relações.

Com isso, Bukharin (1985) centra seus esforços em mostrar que a política imperialista só aparece em determinado nível do desenvolvimento histórico. Além de tratar o imperialismo como a política do capital financeiro, o autor reconhece que esse conceito deve ser visto como ideologia.

As possíveis teorias dominantes na literatura corrente sobre essa temática do imperialismo são distinguidas em duas. A primeira, reconhece na moderna política de conquista uma luta de raças: raça eslava, raça teutônica, segundo pertençam a tal ou qual grupo. Essa teoria encontra condições propícias no desenvolvimento de “sentimento nacional”

das classes interessadas em explorar a sobrevivência das velhas formações no interesse da organização de Estado do capital financeiro.

Uma segunda teoria também propagada sobre o imperialismo a define como uma política de conquista em geral. Diante dessa visão, pode-se tratar do imperialismo de Alexandre da Macedônia e dos conquistadores espanhóis, de Cartago e de João III, da Roma Antiga e América Moderna e de Napoleão, de maneira igual.

Ante isso, o autor considera que, partindo do ponto de vista científico, ambas as teorias são falsas ao passo que, para que se compreenda teoricamente qualquer fase da evolução é preciso entendê-la dentro de suas particularidades, seus traços distintivos e condições específicas inerentes a ela. Esse método foi o adotado por Marx e tal deve ser a maneira, própria de um marxista, de abordar a análise do imperialismo (BUKHARIN, 1985).

Bukharin (1985) alerta: ainda que o imperialismo seja uma política de conquista, o inverso não ocorre. Isto é, o capital financeiro não pode realizar outra política, o que explica porque quando se fala de imperialismo como uma política de capital financeiro está implícito esse caráter de conquista. Além disso, estão igualmente descritas as relações de produção que essa política reproduz. Em outras palavras, a política de conquista nada define, enquanto a “política de rapina do capital financeiro” determina o imperialismo como valor historicamente definido.

Partindo da ideia de que a política imperialista é uma forma de luta por meio da concorrência, o autor a examina como um caso particular da concorrência capitalista, ou seja, a concorrência inserida no contexto do capital financeiro. Sabe-se que os principais processos do desenvolvimento capitalista se distinguem em concentração⁷ e centralização do capital. Para essas noções, segue a seguinte definição de Marx:

Todo capital individual é uma concentração em maior ou menor escala, de meios de produção com o correspondente comando de um exército maior ou menor de operários. Toda acumulação passa a ser instrumento de nova acumulação. Na medida em que cresce, a massa de riqueza que funciona como capital amplia a concentração nas mãos de capitalistas individuais; e alarga, portanto, em grande escala, a base de produção e os métodos de produção especificamente capitalistas. (...) O crescimento do capital social opera-se por meio do crescimento de muitos capitais particulares. Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração que repousa diretamente sobre a acumulação ou, antes, que se confunde com ela. Em primeiro lugar, considerando-se iguais todas as demais circunstâncias, a crescente concentração dos meios sociais de produção nas mãos de capitalistas particulares tem por limite o grau de crescimento da riqueza social. Em

⁷A forma inicial desse processo é a concentração do capital na empresa individual. Essa forma foi predominante até o último quarto do século XIX (BUKHARIN, 1985).

segundo lugar, a parte do capital social localizada em cada esfera especial da produção reparte-se entre numerosos capitalistas, independentes e concorrentes entre si. A essa dispersão do capital social total em numerosos capitais individuais - ou a essa repulsão recíproca de muitos capitais individuais - opõe-se a força de atração. Já não se trata de uma concentração simples, idêntica à acumulação. Trata-se da concentração de capitais já formados, da supressão de sua autonomia particular, da expropriação de um capitalista por outro, da transformação de muitos capitais pequenos em um punhado de avultados capitais. Esse processo distingue-se do anterior por pressupor simplesmente uma repartição diferente dos capitais existentes e já em função. O capital acumula-se nas mãos de um precisamente porque sai das mãos de muitos. É a centralização propriamente dita, em oposição à acumulação e à concentração (MARX, 2006, p. 728).

Isto significa que a concentração transmite a ideia de crescimento do capital por meio do mecanismo de capitalização da mais-valia por esse mesmo capital. Centralização é entendida como a junção de diversos capitais em um só. Esses dois processos agem constantemente um sobre o outro: uma forte concentração do capital acelera a absorção das empresas menores e, inversamente, a centralização gera a acumulação do capital individual e agrava, em consequência, o processo de concentração (BUKHARIN, 1985).

Com o desenvolvimento das sociedades, a concentração do capital foi adquirindo uma nova forma: a concentração de trustes. A acumulação de capital, antes responsável pelo crescimento dos capitais dos produtores individuais, transformou-se em um instrumento de crescimento nas organizações patronais. O ritmo da acumulação intensificou-se significativamente, sendo verificadas remessas de mais-valia convertendo-se em capital para iniciar um novo ciclo de circulação. O desenvolvimento não se resumiu a esse processo: ramos da produção, antes isolados, passaram a se aglomerar de múltiplas formas em uma única associação organizada.

De acordo com o autor, a economia do país se transformou assim em um *gigantesco truste combinado*⁸, no qual os acionistas são os grupos financeiros e o Estado. A partir desse ponto, tornou-se possível tratar de concentração de capital nos trustes nacionais compreendidos como parte integrante de um campo econômico-social muito mais amplo: a economia mundial.

Além da mudança na forma da concentração, vale mencionar a transformação no processo de centralização. No cenário de empresa individual, os capitalistas lutavam entre si frente a concorrência. Segundo o ritmo de desenvolvimento das grandes empresas, a tendência extensiva da concorrência e o número de concorrentes paralelamente ao processo de centralização diminuíram. Foi assim que a concentração e a centralização acarretaram na

⁸Também conhecido como trustes capitalistas nacionais (BUKHARIN, 1985).

organização dos trustes. Nesse contexto, o processo de centralização se transformou e iniciou uma fase superior (BUKHARIN, 1985).

A tendência geral capitalista à centralização do capital é um caso particular da anexação imperialista ao representar uma centralização cuja amplitude deve corresponder ao nível da concorrência dos trustes capitalistas nacionais. Divide-se esse processo em dois: o primeiro ocorre quando uma unidade econômica absorve outra similar. O segundo consiste em uma centralização vertical, quando uma unidade assimila outra pertencente a um ramo de outra área. Hoje, quando a concentração e a centralização se reproduzem em escala mundial, é possível enxergar essas duas ramificações. Ora, se um país absorve um outro mais fraco de estrutura econômica mais ou menos semelhante, vê-se uma centralização horizontal do capital. Por outro lado, se existe um truste capitalista que anexa uma unidade que economicamente o completa, tendo como exemplo um país agrário, será uma unidade econômica combinada.

O processo concreto de desenvolvimento da economia mundial contemporânea passa por essas duas formas de centralização. A conquista da Bélgica pela Alemanha é um exemplo de anexação imperialista horizontal, enquanto a do Egito pela Inglaterra um caso típico de anexação vertical. Apesar do imperialismo ser apresentado comumente como um aspecto exclusivo das conquistas coloniais e essa concepção ser equivocada, pode ser justificada, em certa medida, porque no passado a burguesia tendia a ampliar seu território por meio de regiões não ocupadas e de pouca capacidade de resistência. Hoje, aproxima-se a hora da “partilha selvagem” (BUKHARIN, 1985).

Vladimir Lenin

Em abril de 1917 o autor publica sua obra intitulada “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*”. Por meio desta, Lenin define o surgimento do imperialismo como o desenvolvimento e a continuação direta das características fundamentais do sistema capitalista no geral. Todavia, esse processo só foi possível quando algumas características fundamentais do capitalismo começaram a se transformar e chegaram a um grau elevado de desenvolvimento. Isto é, quando a transição do capitalismo se manifesta em toda sua linha como uma estrutura econômica e social mais elevada (LENIN, 2008).

O ponto fundamental nesse cenário é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A primeira é a característica crucial do capitalismo e de toda produção mercantil em geral; enquanto o segundo é precisamente o contrário da livre

concorrência. Nesse mecanismo, esta começou a se transformar, criando a grande produção que eliminou a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior e concentrando a produção e o capital a tal ponto que surge o monopólio: os cartéis, sindicatos, trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhões. Paralelamente, os monopólios que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem ao lado dela. Sendo assim, o monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior (LENIN, 2008).

Como uma definição mais breve do imperialismo, Lenin (2008) diz que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa é a ideia geral já que, por um lado o capital financeiro se configura como o capital bancário de grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolistas dos territórios do globo já inteiramente repartido.

Entretanto, ainda que as definições breves contenham o principal, são insuficientes porque delas é necessários extrair traços muito importantes do que é preciso definir. Assim, sem desprezar o caráter condicional e relativo de todas as definições do imperialismo, convém dar uma definição mais específica. Esse conceito possui cinco traços fundamentais:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...];
2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira;
3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e
5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lenin, 2008, p. 90).

Isso indica que o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que a dominação dos monopólios e do capital financeiro ganhou força, a exportação de capitais adquiriu marcada importância, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas de maior importância. Por essa via, o imperialismo representa em si uma fase particular do desenvolvimento do capitalismo.

Como o próprio nome da obra sugere, podemos dizer que, para o autor, o imperialismo se manifesta como uma extensão e desenvolvimento das características fundamentais do capitalismo. Em particular, consiste na fase monopolista do capitalismo.

Conclusão

A temática do Imperialismo foi criada por John Atkinson Hobson em 1902. Hobson tinha capacidade de lançar mão de um límpido olhar às questões de seu tempo, reconhecendo a injustiça do imperialismo (BÓRON, 2006). Talvez por isto, tenha exercido tanta influência sobre as contribuições marxistas desse tema. Diante disso, o trabalho buscou retomar as ideias principais das teses clássicas sobre o imperialismo, com viés marxista. Os autores das obras discutidas foram: Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Nicolai Bukharin e Vladimir Lenin.

A obra de Hilferding é considerada a primeira análise de fundamentação marxista que gira em torno do entendimento da transformação do capitalismo liberal e concorrencial no início do século XIX. Segundo Amaral (2012), sua obra aparecia como uma continuação de O Capital de Karl Marx, no sentido que propunha a discutir o mercado mundial, discussão presente nos trabalhos de Marx mas que, todavia, não foi concluída por ele.

Para Rosa Luxemburgo, a definição de imperialismo surgiu da teorias das crises, que é resultado de sua crítica aos esquemas de reprodução desenvolvidos por Marx. Luxemburgo parte dos esquemas de reprodução de Marx para explicar como se dá a acumulação de capital e para argumentar que produção e realização do valor não coincidem.

Bukharin centra suas análises na busca por provar a existência de tendências conflitantes no desenvolvimento capitalista. Além disso, explica como a monopolização surge da concentração e da centralização do capital, destacando a importância deste movimento dentro do país em detrimento ao nível internacional.

A partir do momento que se compreende o capitalismo como um modo de produção em constante evolução e que assume diferentes formas históricas, pode-se compreender o imperialismo como uma fase particular do capitalismo, seguindo a definição apresentada por Lenin.

De forma geral, seguindo Amaral (2012), pode-se considerar que o contorno que se desenha para as teses clássicas do imperialismo é o de que as abordagens de Hilferding e Bukharin se aproximam de uma interpretação do imperialismo como a conformação política necessária para lidar com o cenário do capital financeiro, enquanto a visão de Lenin reconhece no imperialismo uma fase particular do desenvolvimento capitalista, uma fase monopolista.

Bibliografia

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BORÓN, Atílio. A questão do imperialismo. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 459-483, 2006.

BUGIATO, Caio. Teoria do imperialismo: John Hobson. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 2, 2008.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção os Economistas). Caps I - X, 1985.

DE CAMPOS, Fábio Antonio; DE SOUZA SABADINI, Mauricio. **Hilferding e o nexó imperialista entre capital financeiro e exportação de capital**. 2014.

HILFERDING, Rudolf. O Capital Financeiro. **Tradução de Reinaldo Mestrinel**. São Paulo: Nova Cultural. Os Economistas. 1985.

HOBSON, John Atkinson. **Imperialismo: um estudo**. New York: James Pott and Co, 1902.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Interpretações clássicas do imperialismo. **Textos para discussão**. Unicamp, 2013.

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In **O Capital**. Editora Civilização Brasileira, Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital, 21ª Edição, Vol.2, Rio de Janeiro, 2006.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas). Caps XXV - XXXII, 1984.

Sobre a autora:

Diana Chaukat Chaib

Graduação em Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, Brasil(2017).

Artigo recebido em 31/01/2019

Aprovado em 27/02/2019

Como citar esse artigo:

CHAIB, Diana Chaukat. As teses do Imperialismo com viés marxista. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 14, N.º 2, jul/dez. 2018.